

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

PARA CONCESSÃO ONEROSA DE OBRA NO RODOANEL MÁRIO COVAS (SP-021)

- ÍNDICE -

Sumário

1. OBJETIVO	4
2. DA COMPOSIÇÃO DOS LOTES E PROPOSIÇÃO DAS ÁREAS	5
2.1 Os Trechos Rodoanel Mario Covas	6
3. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	7
4. INVESTIMENTOS ADICIONAIS	8
4.1 INVESTIMENTO ADICIONAL: Área de Descanso para Caminhoneiros com Postos de Abastecimentos e Serviços	9
4.2 INVESTIMENTO ADICIONAL: Dispositivo em Desnível	9
5. INVESTIMENTOS ASSOCIADOS	10
6. DESAPROPRIAÇÃO	11
6.1 TRANSFERÊNCIA DAS ÁREAS PARA O PODER CONCEDENTE	12
6.2 ÁREAS PÚBLICAS	12
7. ESCOPO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	13
8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA	14
8.1 ACESSOS	14
8.2 ÁREAS DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS	16
8.2.1 Estacionamento	16
8.2.2 Área de Conforto	18
8.3 POSTOS DE SERVIÇOS	18
8.3.1 Posto de Abastecimento de Combustíveis	18
8.3.2 Restaurante	19
8.3.3 Padrões de Serviços	19
8.4 SEGURANÇA PATRIMONIAL	20
8.5 SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES	21

8.6 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (SE HOUVER) e ASSOCIADOS (SE HOUVER)	21
8.6.1 Reparos	22
8.6.2 Limpeza	23
8.6.3 . Coleta, remoção e tratamento de lixo e entulhos	23
8.6.4 Drenagem	23
8.6.5 Sinalização Vertical e Horizontal.....	24
8.6.6 Pintura das instalações	24
8.6.7 Equipamentos mecânicos, elétricos e iluminação	24
8.7 PAVIMENTO	24
8.7.1. Manutenção e Conservação Especial - Conceitos Básicos.....	25
8.7.2. Descrição e Padrões dos Serviços do Pavimento.....	27
 9. PROJETOS (INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS E ASSOCIADOS)	 34
9.1 Projetos Funcionais	35
9.2 Projetos Executivos	37
 10. LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	 38
 11. FISCALIZAÇÃO	 39
 12. CRONOGRAMA E MARCOS CONTRATUAIS	 41
 13. INVESTIMENTOS ASSOCIADOS (NÃO OBRIGATÓRIOS)	 42
 14. SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO	 43
 15. BENS REVERSÍVEIS.....	 44
15.1 Levantamento e Cadastro dos Bens Reversíveis	45
 16. DESMOBILIZAÇÃO	 45

1. OBJETIVO

As diretrizes principais do programa de implantação de Áreas de Descanso para Caminhoneiros com Postos de Abastecimentos e Serviços estão fundamentadas nos parâmetros abaixo:

- O objeto da LICITAÇÃO é a CONCESSÃO onerosa de obra localizada no Rodoanel Mário Covas, conforme definições constantes deste ANEXO 01 (TERMO DE REFERÊNCIA);
- Implementação de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS pela CONCESSIONÁRIA, os quais estão previstos neste ANEXO 01 (TERMO DE REFERÊNCIA) do EDITAL, que contemplam: Áreas de Descanso para Caminhoneiros, Postos de Abastecimento e Serviços, com a necessária construção de ACESSO, devidamente autorizado para cada trecho do Rodoanel, exclusivo para o modelo de CONCESSÃO;
- INVESTIMENTOS ADICIONAIS, que poderão ser implementados **opcionalmente** pela CONCESSIONÁRIA:
 - Implantar dispositivo em desnível que permita aos usuários de ambos os sentidos da rodovia (pista interna e externa), acesso aos investimentos obrigatórios;
 - ou**
 - Implantar até mais 01 (uma) Área de Descanso para Caminhoneiros com Postos de Abastecimentos e Serviços, com edificações e estrutura, por trecho e em pista oposta aos Investimentos Obrigatórios, que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do estabelecido nos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.
- Realização de INVESTIMENTOS ASSOCIADOS, com vistas à exploração de NEGÓCIOS ASSOCIADOS, que poderão ser implementados opcionalmente pela CONCESSIONÁRIA exclusivamente em ÁREAS PRIVADAS, nos termos do CONTRATO e deste ANEXO 01 do EDITAL.

O presente documento constitui-se no Termo de Referência para a CONCESSÃO onerosa de obra em ÁREAS PRIVADAS a DESAPROPRIAR e/ou

TRANSFERIR e/ou ÁREAS PÚBLICAS circunscritas e lindeiras ao RODOANEL MARIO COVAS (SP-021), para implantação de ÁREAS DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS E POSTOS DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS, além de outras atividades correlatas, contemplando a autorização, à concessionária, de implantação de acessos, exclusivos para o modelo de concessão.

O projeto prevê a implantação de ao menos 01 (uma) ÁREA DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS E POSTOS DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS em cada um dos trechos do Rodoanel Mario Covas (NORTE, SUL, LESTE e OESTE), com exclusividade de acesso, visando garantir fluidez de tráfego, mais conforto, segurança e serviços de qualidade a todos usuários da rodovia.

Para efeito deste documento, a empresa, ou consórcio de empresas, contratada em decorrência da presente LICITAÇÃO, é aqui identificada como CONCESSIONÁRIA.

2. DA COMPOSIÇÃO DOS LOTES E PROPOSIÇÃO DAS ÁREAS

Este edital considera a proposição de 02 (dois) lotes de CONCESSÃO:

LOTE 1	Lote composto por ÁREAS PRIVADAS A DESAPROPRIAR e/ou TRANSFERIR no Trecho Norte e Trecho Oeste e/ou nas ÁREAS PÚBLICAS disponíveis. Deverá ser implementada 01 (um) INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO por trecho, obrigatoriamente um na pista interna e outro na pista externa.
LOTE 2	Lote composto pelas por ÁREAS PRIVADAS A DESAPROPRIAR e/ou TRANSFERIR no Trecho Sul e Trecho Leste , e/ou em ÁREAS PÚBLICAS, disponíveis. Deverá ser implementada 01 (um) INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO por trecho, obrigatoriamente um na pista interna e outro na pista externa.

A LICITANTE poderá, a seu critério, compor sua proposta comercial para cada lote, considerando ÁREAS PRIVADAS A DESAPROPRIAR e/ou TRANSFERIR e/ou

PÚBLICAS.

Para cada LOTE caberá a LICITANTE a escolha de implantar em pista externa ou interna, os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, um em cada trecho. Todavia é importante que a composição do LOTE, para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, deverão ser realizados em sentido opostos (externo e interna).

Deverão ser observadas as condições previstas no Edital, Contrato e respectivos Anexos. Em especial no que se refere à reversibilidade dos bens.

2.1 Os Trechos Rodoanel Mario Covas

O Rodoanel Mário Covas - SP 021 tem a extensão total de 179,9 km (mais SPAs), dividido em 4 (quatro) trechos, a seguir:

- a) TRECHO OESTE com extensão de 29,5 km (do km 0+000 ao km 29+500), Concessionária atual CCR Via Oeste;
- b) TRECHO SUL com extensão de 57,1 km (do km 29+500 ao km 86+600), SPA 086/021 km 0+000 km 4+300 (ligação com Mauá), Concessionária Atual SPMar;
- c) TRECHO LESTE com extensão de 42,51 km (do km 86+600 ao km 129+106), Concessionária atual SPMar;
- d) TRECHO NORTE com extensão de 42,89 km (do km 129+106 ao km 172+000), SPA 141/021 km 0+000 km 3+600 (ligação com o aeroporto de Cumbica), Concorrência Internacional 001/2018.

Abaixo informamos os VDMs do período de Novembro/17 a Outubro/18, dos respectivos trechos do Rodoanel márcio Covas (SP 021)

Trecho	VDM 2018	Pista Interna	Pista Externa	Total
OESTE	Veículos Leves	14.348	13.278	27.626
	Veículos Comerciais	43.046	39.836	82.882
Total		57.394	53.114	110.508

Trecho	VDM 2018	Pista Interna	Pista Externa	Total
SUL	Veículos Leves	8.725	7.910	16.635
	Veículos Comerciais	20.360	18.457	38.817
Total		29.085	26.367	55.452

Trecho	VDM 2018	Pista Interna	Pista Externa	Total
LESTE	Veículos Leves	3.247	3.981	7.228
	Veículos Comerciais	7.227	8.828	16.055
Total		10.474	12.809	23.283

Trecho	VDM*	Total
Norte	66 mil veículos/dia* (33 mil pista interna) (33 mil pista externa) <i>*Previsão SLT para 2023.</i>	

3. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

A LICITANTE poderá apresentar a seu critério indicar ÁREAS privadas/particulares a DESAPROPRIAR e/ou a TRANSFERIR, para implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, desde que as referidas áreas sejam CIRCUNSCRITAS E LINDEIRAS AO RODOANEL MARIO COVAS (SP-021), PARA IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS E POSTOS DE ABASTECIMENTO E DE SERVIÇOS, ALÉM DE OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS, CONTEMPLANDO A AUTORIZAÇÃO, À CONCESSIONÁRIA, DE IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS, EXCLUSIVOS PARA O MODELO DE CONCESSÃO.

Além da possibilidade de utilização de ÁREAS privadas/particulares a DESAPROPRIAR e/ou a TRANSFERIR, acima citadas, a LICITANTE poderá optar pela utilização de ÁREAS PÚBLICAS disponíveis, conforme ANEXO 26 do Edital.

Deverão ser observadas todas as condições previstas no Edital, Contrato e respectivos Anexos, em especial no que se refere à reversibilidade dos bens.

Os terrenos lindeiros e contíguos a faixa de domínio, onde forem implantados os

INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS deverão ser bloqueados em todo o seu perímetro, constituindo uma área circunscrita, salvo a frente para a rodovia.

A Área para implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, deverá ter no mínimo 30.000 m² e poderá ser uma única área particular/privada a TRANSFERIR OU DESAPROPRIAR ou ainda, ser composta por ÁREA PÚBLICA, resultando numa área mínima de 30.000 m².

As ÁREAS privadas/particulares a DESAPROPRIAR e/ou a TRANSFERIR que serão utilizadas para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, pertencendo a uma gleba maior, em nenhuma hipótese deverá deixar a área remanescente do proprietário desapropriado na condição de área encravada.

O espaçamento mínimo das ÁREAS privadas/particulares a DESAPROPRIAR e/ou a TRANSFERIR indicadas, para a realização dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e seu respectivo ACESSO, será de no mínimo 05 (cinco) quilômetros das divisas de cada trecho das atuais concessões rodoviárias do Rodoanel Mario Covas.

4. INVESTIMENTOS ADICIONAIS

A LICITANTE poderá realizar INVESTIMENTOS ADICIONAIS, em caráter opcional, são eles:

- Implantar até mais 01 (uma) Área de Descanso para Caminhoneiros com Postos de Abastecimentos e Serviços, por trecho e em pista oposta aos Investimentos Obrigatórios, que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área, das edificações e da estrutura estabelecidas para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS:
OU
- Implantar dispositivo em desnível que permita aos usuários de ambos os sentidos da rodovia (pista interna e externa), acesso aos investimentos obrigatórios.

4.1 INVESTIMENTO ADICIONAL: Área de Descanso para Caminhoneiros com Postos de Abastecimentos e Serviços

Caso a LICITANTE opte pelo INVESTIMENTO ADICIONAL sendo outra Área de Descanso para Caminhoneiros com Postos de Abastecimentos e Serviços, deverão ser respeitadas:

- todas as exigências do processo de implantação, operação e cumprimento integral dos padrões de serviços estabelecidas para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.
- Neste cenário não poderá a LICITANTE implementar dispositivo em desnível seja para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIO e ADICIONAIS.

Deverão ser observadas todas as condições previstas no Edital, Contrato e respectivos Anexos, em especial no que se refere à reversibilidade dos bens.

Os terrenos lindeiros e contíguos a faixa de domínio, onde forem implantados os INVESTIMENTOS ADICIONAIS deverão ser bloqueados em todo o seu perímetro, constituindo uma área circunscrita, salvo a frente para a rodovia.

A Área para implantação do INVESTIMENTO ADICIONAL, área de descanso adicional, deverá ter no mínimo 15.000 m² e poderá ser uma única área particular a TRANSFERIR OU DESAPROPRIAR ou ainda, ser composta por área pública ou área privada e pública, resultando numa área mínima de 15.000 m².

A área privada que será utilizada para os INVESTIMENTOS ADICIONAIS, pertencendo a uma gleba maior, em nenhuma hipótese deverá deixar a área remanescente do proprietário desapropriado na condição de área encravada.

O espaçamento mínimo das ÁREAS privadas/particulares a DESAPROPRIAR e/ou a TRANSFERIR indicadas, para a realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS e seu respectivo ACESSO, será de no mínimo 05 (cinco) quilômetros das divisas de cada trecho das atuais concessões rodoviárias do Rodoanel Mario Covas.

4.2 INVESTIMENTO ADICIONAL: Dispositivo em Desnível

Caso a LICITANTE opte que o INVESTIMENTO ADICIONAL seja um dispositivo em desnível, que permita acesso aos usuários de ambos os sentidos da rodovia (pista

interna e externa), aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, deverá considerar:

- Que o projeto, a implantação, a conservação especial e a conservação de rotina deverão observar todas as normas técnicas, instruções de projeto, especificações técnicas e padrões vigentes da ARTESP, DER/SP, DNIT/DNER, PMSP/SIURB, ABNT, nesta ordem e, na falta destes, observando-se normas internacionalmente consagradas;
- Caberá a Licitante, as suas expensas, a responsabilidade da manutenção e da conservação de rotina e especial do dispositivo implantado.

5. INVESTIMENTOS ASSOCIADOS

A LICITANTE poderá apresentar a seu critério ÁREAS PRIVADAS, para implantação dos INVESTIMENTOS ASSOCIADOS, desde que as áreas indicadas sejam adjacentes às áreas que serão utilizadas para a implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAL (se houver).

O acesso para esses INVESTIMENTOS ASSOCIADOS, serão obrigatoriamente realizados pelo acesso exclusivo às áreas de INVESTIMENTO OBRIGATÓRIOS e ADICIONAL (se houver), durante o prazo da concessão.

No caso de INVESTIMENTOS ASSOCIADOS em área privada que deverá ser anexa a área dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAL (se houver), deverão ser observadas - em termos de acessibilidade - as seguintes condições gerais:

- 1) A área que será anexada a área de descanso para INVESTIMENTO ASSOCIADO, deverá ser circunscrita e só poderá entrar e sair pelo acesso concedido a Área dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e, em nenhuma hipótese será concedido um outro acesso;
- 2) Caso a área destinada a INVESTIMENTO ASSOCIADO fazer parte de uma gleba maior, o comprador da parte da área destinada a INVESTIMENTO ASSOCIADO deverá, necessariamente, apresentar documento juridicamente válido, garantindo que ao final do contrato de concessão estipulado no Edital, o acesso da Área dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAL (se houver), para a área de

INVESTIMENTO ASSOCIADO será fechado, que área não ficará na condição de encravada, ou seja sem acesso.

- 3) Deverá apresentar matrícula atualizada da propriedade do vendedor, onde consta a servidão de passagem, garantindo desta forma, a servidão de passagem que permite acesso a uma via oficial, legalmente existente.

NOTA: Esse acesso através de uma servidão de passagem, só poderá ser utilizada após o encerramento do contrato, quando o acesso da área dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAL (se houver), para a área do INVESTIMENTO ASSOCIADO será automaticamente fechado.

Após o prazo de concessão a Concessionária deverá desmobilizar integralmente esses INVESTIMENTOS ASSOCIADOS (inclusive edificações) ou utilizar outro acesso, desde que não localizado no Rodoanel Mario Covas. Se optar pela desmobilização, a Concessionária não poderá deixar passivos ou pendências ambientais conforme a legislação vigente na época da desmobilização.

Deverão ser observadas todas as condições previstas no Edital, Contrato e respectivos Anexos, com especial no que se refere à reversibilidade dos bens.

6. DESAPROPRIAÇÃO

As eventuais desapropriações necessárias à realização dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAL (se houver), serão efetuadas pela CONCESSIONÁRIA, às suas expensas e sob sua responsabilidade, com obediência às disposições da legislação aplicável.

Para dar cumprimento às suas obrigações relacionadas com as desapropriações, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- I. Apresentar tempestivamente ao CONTRATANTE todos os elementos e documentos necessários para a declaração de utilidade pública dos imóveis a serem desapropriados nos termos da legislação vigente;
- II. Conduzir os processos desapropriatórios, responsabilizando-se por todos os custos relacionados com os mesmos, incluindo os referentes à aquisição dos imóveis, o pagamento de indenizações ou de quaisquer outras compensações

decorrentes da desapropriação ou da instituição de servidões ou de outros ônus ou encargos relacionados, incluindo eventual uso temporário de bens imóveis ou a realocação de bens ou pessoas, bem como as despesas com custas processuais, honorários advocatícios e de peritos;

III. Proceder, às suas expensas, em presença de representante do CONTRATANTE, que lavrará o respectivo auto, à demarcação dos terrenos que façam parte integrante dos serviços compreendidos pelos investimentos obrigatórios, incluindo o levantamento da respectiva planta cadastral, identificando os terrenos que integram a CONCESSÃO e as áreas remanescentes.

6.1 TRANSFERÊNCIA DAS ÁREAS PARA O PODER CONCEDENTE

As áreas privadas a TRANSFERIR, para a implementação de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente INVESTIMENTOS ADICIONAIS e que deverão ser transferidas gratuitamente ao PODER CONCEDENTE quando da assinatura do CONTRATO.

6.2 ÁREAS PÚBLICAS

As ÁREAS PÚBLICAS, que poderão ser utilizadas em caráter opcional pelo proponente a seu critério, exclusivamente para implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAL (se houver), são 4 (quatro). Suas características, dimensões, geometria, traçado e memorial descritivo constam no Anexo 26 do Edital.

As ÁREAS PÚBLICAS passíveis de utilização para os Lotes de Concessão, estão indicadas abaixo:

a) LOTE 01

ÁREA	Localização / Descrição
NORTE	Km 156, pista Interna, área de 43 mil m ² ;
OESTE	Km 9 +800, pista Externa, área de 206 mil m ² ;

b) LOTE 02

ÁREA	Localização / Descrição
LESTE	Km 108, pista Externa, área de 28 mil m ² ;
SUL	Km 38 +500, pista Interna, área de 25 mil m ² ;

Caso a LICITANTE opte pela utilização das áreas públicas, todas as eventuais ações necessárias de caráter técnico, ambiental e/ou documental serão conduzidas pela mesma, inclusive as despesas necessárias.

7. ESCOPO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

A presente LICITAÇÃO visa à contratação de empresa ou consórcio de empresas para realização de OBRA PÚBLICA em ÁREA(S) PRIVADA(S) a ser DESAPROPRIADAS e/ou a TRANSFERIR e/ou PÚBLICA(S) com objetivo de IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS E POSTOS DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS , disponibilizando diversos tipos de combustíveis, para atendimento aos usuários da Rodovia SP 021 - Rodoanel Mario Covas, através de AUTORIZAÇÃO À CONCESSIONÁRIA, DE IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS EXCLUSIVOS PARA O MODELO DE CONCESSÃO, para execução dos serviços inerentes e correlatos ao objeto desta contratação.

As obrigações e responsabilidades da CONCESSIONARIA estão previstas nos itens subsequentes deste Termo de Referência e Anexos, a seguir destacados:

- 1) Identificação das áreas a serem utilizadas para processo de desapropriação, caso a proposta contemple utilização de ÁREA(S) PRIVADA(S) a ser DESAPROPRIADAS e/ou a TRANSFERIR;
- 2) Estruturação do projeto das edificações, dos pátios e acessos;
- 3) Elaboração e cumprimento do cronograma de implantação;
- 4) Construção das obras atendendo as melhores técnicas e práticas da engenharia civil;
- 5) Atendimentos aos requisitos mínimos da Área de Descanso de Caminhoneiros;

- 6) Atendimento aos requisitos mínimos do Posto Abastecimento e Serviços e Restaurante;
- 7) Atendimento aos critérios de manutenção e limpeza;
- 8) Obtenção e manutenção do Licenciamento Ambiental;
- 9) Atendimento aos aspectos mínimos de segurança.

A CONCESSIONÁRIA terá o prazo máximo 30 (trinta) meses, a partir da assinatura do contrato, para implantação e início de operação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS: ÁREA DE DESCANSO DE CAMINHONEIROS e POSTOS DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS e RESTAURANTE.

O modelo permite que a CONCESSIONÁRIA, a seu critério, desenvolva empreendimentos ASSOCIADOS, capazes de gerar receita adicional a ser compartilhada com o Governo do Estado de São Paulo, que não as decorrentes dos empreendimentos de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS requeridos.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA

As responsabilidades e obrigações da CONCESSIONÁRIA, referentes aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS da CONCESSÃO são as seguintes:

8.1 ACESSOS

Considera-se como obrigação mínima da LICITANTE VENCEDORA, a implantação e conservação de acesso em único sentido ou em desnível (quando houver) da rodovia.

Os acessos deverão observar as seguintes condições gerais:

- I. não serão autorizados acessos diretamente às alças de trevos, praças de pedágio ou de balança, exceto quando houver INVESTIMENTO ADICIONAL do tipo dispositivo em desnível;
- II. o acesso à Área de Descanso próximo a postos SAU's (Serviço de Apoio aos Usuários) e bases da Polícia Militar Rodoviária, poderá ser autorizado, desde que devidamente adequado e sempre que conveniente ao Poder Público.

- III. as características geométricas do acesso e do dispositivo em desnível (quando houver), bem como as características de pavimento, drenagem, sinalização, elementos de proteção viária, iluminação interna e do acesso deverão atender às instruções, especificações e normas técnicas do DER e ARTESP estabelecidas para estas finalidades;
- IV. distância mínima de 500 (quinhentos) metros entre o fim da pista de aceleração de um acesso e o início da pista de desaceleração do acesso seguinte, na pista principal do Rodoanel Mário Covas, SP – 021;
- V. distância mínima de 1.000 (mil) metros entre o fim da pista de aceleração de um acesso e o início da pista de desaceleração de dispositivos de interligação viária, retorno operacional, postos de pedágio, posto de balança, postos de SAU (Sistema de Atendimento aos Usuários) Bases Operacionais e bases da Polícia Militar Rodoviária;
- VI. distância mínima de 1.500 (mil e quinhentos) metros entre a extremidade mais próxima das pistas de aceleração ou desaceleração do acesso e o ponto de interseção dos eixos das rodovias federais e estaduais;
- VII. distância mínima de 500 (quinhentos) metros entre a extremidade mais próxima das pistas de aceleração ou desaceleração do acesso e a extremidade mais próxima de pontes, túneis e viadutos;

NOTA: Nos casos de pontes e viadutos, o interessado poderá propor o alargamento das obras de artes especiais que será submetido à apreciação da ARTESP quanto a sua viabilidade e poderá ser autorizado, desde que devidamente adequado e sempre que conveniente ao Poder Público.

- VIII. para a instalação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAL (quando houver) e ASSOCIADOS (quando houver), deverá ser elaborado um estudo de tráfego para a implantação do empreendimento como um todo, levando-se em conta um horizonte de 10 anos após o início de operação. O estudo deverá contemplar as medidas mitigadoras da concessionária da área para manter o nível de serviço da rodovia. Caso o estudo de tráfego completo ou as ações de mitigação não sejam aprovadas pela ARTESP, os empreendimentos não serão liberados para entrar em operação;

- IX. a significativa variação do volume de tráfego do acesso, que impacte no tráfego da rodovia, implicará em reestudo de viabilidade e adequação dos acessos autorizados, bem como do sistema rodoviário impactado, sob inteira responsabilidade e expensas do interessado;

NOTA:

1. No caso de não atender as distâncias previstas nos incisos IV a VII, serão analisados caso a caso e, sempre que conveniente ao Poder Público
 2. Os acessos às Áreas de Descanso serão realizados, sempre que possível, por meio de via marginal na faixa de domínio.
- X. A cada (quatro) anos a ARTESP, se assim achar necessário, poderá solicitar um novo estudo de tráfego completo para reavaliar os impactos do empreendimento no tráfego e, caso necessário, a concessionária da área deverá mitigar novamente o seu impacto na rodovia. Para isso, terá um prazo máximo de 3 meses para a apresentação dos projetos e um prazo máximo de mais 12 meses para sua implantação. Esses prazos serão contados a partir do momento que a concessionária da área receber o parecer da ARTESP sobre o estudo de tráfego. Caso essa mitigação não ocorra no prazo, os empreendimentos (INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIO, ADICIONAL E ASSOCIADOS) poderão ter sua operação suspensa, até que as ações de mitigação sejam devidamente implantadas

8.2 ÁREAS DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS

As Áreas de Descanso para Caminhoneiros, para cada uma das áreas e trechos do RODOANEL MÁRIO COVAS deverão atender no mínimo os requisitos abaixo descritos:

8.2.1 Estacionamento

- a) Quantidade mínima de 30 (trinta) vagas para caminhões, sendo ao menos:

- 10 vagas para caminhões com até 14,00 metros de comprimento
- 10 vagas para caminhões com reboque e semi-reboque com até 19,80 metros de comprimento.
- 08 vagas para caminhões com reboque e semi-reboque com até 30 metros de comprimento.
- 02 vagas para veículos com cargas perigosas, atendendo a legislação vigente (ABNT), com projeto e pavimento específico para sua instalação.

Foram consideradas as composições homologadas para o transporte de carga segundo a Portaria do Denatran nº 63/2009.

As vagas deverão estar configuradas com comprimento e largura suficientes para permitir o correto e descomplicado estacionamento dos caminhões e de forma que, uma vaga não venha a obstruir a passagem de outra.

- b) Deverá possuir vias circulação e manobra adequadas para os veículos pesados. Sendo no mínimo:
- Via de circulação sentido único 5 (cinco) metros de largura
 - Via de circulação sentido duplo 7 (sete) metros de largura

Em ambos os casos as manobras de acesso deverão atender ao gabarito de giro correspondente a dimensão do(s) veículo(s).

- c) Pátio iluminado com 100% (cem por cento) de cobertura e atendendo a projeto de iluminação, definido em Norma ABNT-NBR 5101 de 2012 e suas atualizações.
- d) A área de estacionamento e descanso dos caminhoneiros deverá ser pavimentada e demarcada com faixas de circulação e estacionamento;
- e) Os projetos funcionais e executivos da área de estacionamentos e dependências, tais como, geométricos, de pavimentação, de drenagem, de iluminação deverão seguir normas pertinentes e serem submetidos a ARTESP para aprovação, conforme mencionado em itens específicos deste Termo de Referência.
- f) Portaria única para controle de entrada e saída, com monitoramento e vigilância 24X7, inclusive com controle de acesso as dependências a área de descanso
- g) No mínimo 02 (dois) pontos de energia elétrica para cargas refrigeradas, para serem utilizados em momento ou circunstâncias emergenciais, dispostos em locais estratégicos definidos pelo LICITANTE. Deverá constar expressamente esta previsão nos projetos funcionais e executivos apresentados para aprovação da ARTESP.
- h) Prever e implantar no estacionamento uma saída de emergência para os caminhões.
- i) Telefone público;
- j) Serviço de internet (WI-FI) com acesso livre ao usuário e gratuito;
- k) Deverá disponibilizar ao caminhoneiro, gratuitamente, no mínimo as duas primeiras horas iniciais de estacionamento de veículo pesados (caminhões).

8.2.2 Área de Conforto

A área deverá contar ainda com “Área de Conforto” para os caminhoneiros, com dimensão mínima de 1.000 (hum mil) m² de construção, dispondo no mínimo dos seguintes itens:

- a) Banheiro masculino e feminino e para pessoas com mobilidade reduzida, incluindo chuveiros com água quente.
- b) Fraldário;
- c) Tanque para lavagem de roupas;
- d) Sala de descanso, com TV e sofás.
- e) Refeitório com equipamentos (fogão, micro-ondas e refrigeradores).
- f) Sala multiuso para leitura, jogos e palestras/campanhas eventuais.
- g) Pontos de recarga de celular.

As áreas de descanso e suas dependências deverão operar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07(sete) dias por semana, inclusive feriados municipais, estaduais e/ou federais.

Deverá ainda contar com segurança patrimonial com CFTV (24X7), com 100% (cem por cento) de cobertura das dependências das instalações da área de descanso. Deverão ser armazenadas e mantidas as imagens, de ao menos, dos últimos 30 (trinta) dias de operação.

As áreas de descanso de caminhoneiro (estacionamento e área de conforto) deverá ser segregada com cerca ou muro, das demais edificações e serviços que compõem os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (se houver) e ASSOCIADO (se houver)

8.3 POSTOS DE SERVIÇOS

Os Postos de Serviço deverão atender no mínimo os seguintes requisitos:

8.3.1 Posto de Abastecimento de Combustíveis

- a) Atendimento a todos os tipos de usuários das rodovias;

- b) Abastecimento com diversos tipos de combustíveis (Etanol, Diesel e Gasolina);
- c) Prever local de recarga para veículos elétricos;
- d) Área de instalações mínima de 1.000 m²;
- e) Serviços emergenciais de reparos mecânicos, borracharia, troca de óleo;
- f) Serviço de internet gratuito, por WI-FI;
- g) Áreas de estacionamento e circulação internas pavimentadas.
- h) Deverá ainda contar com segurança patrimonial com CFTV (24X7), com 100% (cem por cento) de cobertura das dependências das instalações da área de descanso. Deverão ser armazenadas e mantidas as imagens, de ao menos, dos últimos 30 (trinta) dias de operação.

8.3.2 Restaurante

- a) Área mínima de 2.000 m² de construções / instalações;
- b) Banheiro masculino e feminino e para pessoas com mobilidade reduzida e Fraldário;
- c) Serviço de internet gratuito, por WI-FI;
- d) Áreas de estacionamento e circulação internas pavimentadas;
- e) Ao menos 70 (vagas) vagas de estacionamento para veículos de passeio;
- f) Ao menos 06 (seis) vagas para ônibus regulares e/ou fretados;
- g) Telefone Público;
- h) Pontos de recarga de celular gratuitos
- i) Deverá ainda contar com segurança patrimonial com CFTV (24X7), com 100% (cem por cento) de cobertura das dependências das instalações da área de descanso. Deverão ser armazenadas e mantidas as imagens, de ao menos, dos últimos 30 (trinta) dias de operação.

Os POSTOS DE ABASTECIMENTOS E SERVIÇOS, assim como os RESTAURANTES e suas dependências deverão operar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07(sete) dias por semana, inclusive feriados municipais, estaduais e/ou federais.

8.3.3 Padrões de Serviços

Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA manter níveis de qualidade e padrões de serviços adequados, nos empreendimentos e em toda as suas áreas da concessão, utilizando sempre as melhores práticas para sua operação e conservação.

Tais como:

- a) Banheiros e fraldários permanentemente limpos, com os itens consumíveis adequadamente abastecidos;
- b) Manter em funcionamento todos os equipamentos à disposição do usuário;
- c) Manter áreas de restaurante organizadas e permanentemente higienizadas.;
- d) Etc.

8.4 SEGURANÇA PATRIMONIAL

Com o intuito de garantir a integridade do patrimônio, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar uma estrutura de vigilância patrimonial, que fiscalizará todas as estruturas físicas.

Esta estrutura deverá funcionar permanentemente, atendendo às suas funções com elevado padrão de qualidade e de modernidade, com todos os equipamentos em plena capacidade de uso, contando com equipe de pessoal necessária e adequada.

O projeto das Áreas de Descanso para Caminhoneiros e dos Postos de Abastecimento e Serviços, tanto para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (quando houver) e ASSOCIADOS (quando houver), deverão prever um sistema de CFTV (com captura de imagem em alta resolução diurna e noturna), que contemple 100% (cem por cento) da área de concessão, sem “pontos cegos”, monitorado 24x7, com gravação e manutenção das imagens pelo período mínimo de 30 (trinta) dias.

Deverá estar prevista iluminação adequada em toda área de concessão, tanto para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (quando houver) e ASSOCIADOS (quando houver).

Na entrada e saída do pátio de estacionamento dos caminhões, o projeto deverá considerar portaria com controle de acessos dos caminhões e pedestres, de uma forma geral.

A CONCESSIONÁRIA deverá ainda, contratar e treinar uma equipe de vigilantes, munidos de rádio transceptor, em número suficiente para exercer sua função de proteção aos USUÁRIOS diuturnamente.

Efetuar o treinamento pelo menos uma vez ao ano, das equipes de segurança, em seus respectivos serviços, de forma a garantir o aperfeiçoamento e a permanente uniformidade dos serviços. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar para a ARTESP, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios deste treinamento com listagem dos participantes.

8.5 SEGURANÇA DO TRABALHO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES

É responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a observação da legislação e normas vigentes quanto à segurança do trabalho e prevenção de acidentes.

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao Poder Concedente os documentos obrigatórios referentes a segurança de trabalho e prevenção de acidentes, segundo normas técnicas vigentes.

8.6 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (SE HOVER) e ASSOCIADOS (SE HOVER)

É conceituada como o conjunto de serviços que são executados de acordo com padrões ou níveis pré-estabelecidos, visando manter os elementos construtivos tão próximos quanto possível, técnica e economicamente, das condições originais em que foram construídos, objetivando preservar os investimentos, garantindo a segurança da circulação e o conforto do USUÁRIO.

Entende-se que a manutenção e limpeza de rotina dos itens de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (quando houver) e ASSOCIADOS (quando houver) é uma função básica de sua operação, que exige, ao longo do tempo, que sejam executados algumas dezenas de serviços, requerendo uma gama variada de recursos de mão-de-obra, equipamentos, materiais e ferramentas.

Para poder administrar a manutenção e limpeza com eficiência e economia, a CONCESSIONÁRIA deve dispor de um manual conservação/manutenção e limpeza com as informações essenciais, bem como, desenvolver um sistema de informação e administração, cujos registros, serão de grande valia para aprimoramento da metodologia adotada. O manual deverá ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e disponibilizado para ARTESP, para apreciação e aprovação, assim como todas suas

eventuais revisões. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a primeira versão do manual para avaliação da ARTESP, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início da operação dos NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (quando houver)

Os serviços de conservação/manutenção e limpeza serão fiscalizados periodicamente pela ARTESP e a qualquer tempo, sempre que julgar conveniente.

O manual de conservação/manutenção e limpeza deverá conter minimamente:

- Identificação e quantificação de todos os itens necessários (itens de investimentos e de operação) para exploração dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (quando houver);
- Padrões de conservação/manutenção e limpeza;
- Identificação dos serviços de conservação/manutenção e limpeza necessários para manter os elementos em níveis adequados;
- Programa diário, mensal e anual de trabalho (periodicidade das intervenções);
- Relatórios informatizados, para análise em diversos níveis gerenciais, e para auxiliar a fiscalização da ARTESP;
- Prazos de reparos e planos emergenciais;
- Outros.

Junto com o manual de manutenção e limpeza a CONCESSIONÁRIA deve apresentar a ARTESP um inventário atualizado periodicamente das edificações e equipamentos de forma a facilitar sua fiscalização.

8.6.1 Reparos

Para realização de manutenção e/ou reposição de peças, o prazo máximo para resolução do problema pela Concessionária, será de 1 (uma) semana, a partir da notificação pela ARTESP.

No caso de manutenção emergencial que representam risco à segurança dos usuários, ou signifiquem impedimento na prestação dos serviços, o prazo máximo para

resolução do problema será de 24 (vinte e quatro) horas. Nestes casos emergenciais a ARTESP deverá ser avisada da irregularidade. Se o reparo se estender por mais de 24 horas, a concessionária deverá apresentar justificativa e estabelecer um novo prazo para aprovação e acompanhamento da ARTESP.

8.6.2 Limpeza

O objetivo da limpeza é manter, a qualquer momento, os pátios e instalações limpos, sem papel no chão ou qualquer detrito. Além disso, manter os equipamentos limpos e atuar proativamente no caso de cargas derramadas ou caídas de veículos. Em geral, deverá haver dois tipos de limpeza: rotineira ou emergencial. A limpeza rotineira consistirá nos serviços de varredura e de limpeza e desobstrução dos dispositivos de drenagem. A limpeza emergencial será acionada sempre que se verificar sua necessidade imediata, especialmente quando houver detritos/cargas caídas ou derramadas.

Neste último caso, uma equipe deverá ser disponibilizada prontamente e suas ações deverão ser planejadas para a máxima eficácia de atendimento. Seus componentes deverão receber equipamento individual e treinamento técnico adequados para execução destes serviços, que levem em consideração os vários tipos de detritos/carga, inclusive perigosas, compostas por substâncias agressivas ou que necessitem a utilização de equipamentos especiais para seu manuseio e remoção.

8.6.3 . Coleta, remoção e tratamento de lixo e entulhos

É responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a correta coleta e remoção de lixo e entulhos, devendo acondicionar os resíduos até a coleta definitiva e disposição final por parte do município.

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar plano de coleta e remoção de lixo e entulhos, observando as melhores práticas de proteção do meio ambiente.

8.6.4 Drenagem

Manter permanentemente em funcionamento, desobstruídos e limpos todo o sistema de drenagem das áreas de concessão, das instalações prediais e dos pátios.

8.6.5 Sinalização Vertical e Horizontal

A sinalização dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAL (quando houver) e ASSOCIADOS (quando houver), é de extrema importância para que os usuários possam se deslocar de forma segura.

A sinalização indicativa prevista deverá ser composta por placas confeccionadas com material adequado objetivando durabilidade, facilidade de manutenção e facilidade de visualização (este último quesito considerando tanto o seu tamanho quanto a sua localização).

Além da sinalização vertical também serão implantadas sinalização horizontal no sentido de guiar os usuários para a utilização das áreas exploradas e também manter as condições de segurança de todos.

A concessionária deverá manter toda sinalização dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação vigente. Devem se apresentar limpas e sem danos.

Em trechos onde houver tachas ou tachões refletivos ou com iluminação própria, sujeito a deposição de sujeira, sua limpeza deverá ser executada com frequência bimestral ou menor sempre que necessário.

8.6.6 Pintura das instalações

As pinturas externas e internas de todas as instalações deverão ser refeitas sempre que apresentarem desgastes visíveis.

8.6.7 Equipamentos mecânicos, elétricos e iluminação

Os equipamentos do posto de serviço, dos restaurantes e/ou lanchonete, das instalações para caminhoneiro e dos pátios de estacionamento de veículos leves e pesados, deverão funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana e deverão ser mantidos em plenas condições operacionais, com suporte e manutenção contínua.

8.7 PAVIMENTO

Para fins de referência, a tabela abaixo apresenta os tipos de pavimento considerados para as diversas áreas do empreendimento, quando da elaboração do EVTE – Estudo de Viabilidade Técnico e Econômico.

Áreas do Empreendimento	Tipos de Pavimento
Alças de Acesso	Concreto Asfáltico (CA)
Estacionamento - Veículos Passeio	Concreto Asfáltico (CA)
Estacionamento - Veículos de Transporte de Cargas Perigosas	Concreto de Cimento Portland (CCP)
Estacionamento - Caminhões	Concreto de Cimento Portland (CCP)
Estacionamento - Ônibus	Concreto de Cimento Portland (CCP)
Truck Service	Concreto de Cimento Portland (CCP)
Posto de Combustíveis	Concreto de Cimento Portland (CCP)
Demais Áreas do Viário Interno	Concreto Asfáltico (CA)

Nota: outras alternativas de pavimento poderão ser propostas pela Concessionária, na etapa de elaboração e apresentação dos projetos executivos, desde que devidamente justificadas do ponto de vista técnico de engenharia. Neste caso, caberá à equipe técnica da ARTESP avaliar se a solução é viável ou não, de acordo com os resultados dos estudos prévios ao projeto executivo (especialmente estudos de tráfego e estudos geológicos/geotécnicos).

Os Projetos deverão ser elaborados observando-se as normas, instruções de projeto, portarias e padrões vigentes da ARTESP, DER/SP, AASHTO, DNIT, ABNT (nesta ordem) e, na falta destes, observando-se normas internacionalmente consagradas. Os projetos deverão ainda contemplar o equacionamento de interferências com os sistemas de infraestrutura e de serviços públicos existentes e futuros.

8.7.1. Manutenção e Conservação Especial - Conceitos Básicos

Conservação/manutenção especial é o conjunto de obras e serviços necessários à preservação do investimento inicial.

Tratam-se, portanto, de recuperações incluindo adequações a novas tecnologias, constituindo-se em obras e serviços adequados de maior porte ou complexidade técnicas necessárias em decorrência do término da vida útil de parcelas componentes do sistema viário. Por estas atividades e serviços recompõem-se o período de vida útil do componente rodoviário com garantia de atendimento aos padrões estabelecidos no Edital.

Para tanto, a CONCESSIONÁRIA, quando solicitada pela ARTESP, será responsável por todas as providências relativas à:

- Levantamentos periódicos das condições superficiais, estruturais, de conforto e de segurança dos pavimentos para controle dos parâmetros mínimos exigidos no Edital;
- Dimensionamento do projeto de conservação especial;
- Estudos e projetos básicos e executivos, em conformidade com as exigências do licenciamento ambiental;
- Planejamento e execução das obras.

Cada uma destas etapas será acompanhada pela ARTESP, devendo a CONCESSIONÁRIA manter um esquema de consulta e aprovação permanente, observando os processos necessários de licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes.

Qualquer obra somente poderá ser iniciada após a aprovação pela ARTESP dos respectivos projetos executivos e da apresentação do respectivo “LICENCIAMENTO AMBIENTAL”.

Os projetos executivos de Conservação Especial deverão ser enviados para análise da ARTESP, com prazo mínimo de 130 (cento e trinta) dias de antecedência do início das respectivas obras. Previamente ao envio do projeto, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e enviar à ARTESP, “Guia de Remessa de Índice de Documentos” (GRID) com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data programada para o envio dos projetos. Os projetos somente poderão ser encaminhados à ARTESP após aceitação prévia do documento GRID. Após análise

dos projetos, a ARTESP poderá solicitar revisões ou esclarecimentos que deverão ser atendidos no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

A ARTESP terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da apresentação do projeto executivo, para manifestação quanto ao projeto executivo apresentado. Este prazo poderá ser prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias mediante ato devidamente motivado. Se, dentro desses prazos, o CONTRATANTE não tiver solicitado qualquer alteração em tais projetos, estes serão considerados automaticamente aprovados.

Na hipótese de solicitação, pela ARTESP, de novos esclarecimentos ou correções nos projetos executivos apresentados, o prazo, mencionado acima, para manifestação acerca do projeto executivo pela ARTESP será reiniciado. Neste caso, a ARTESP deverá se manifestar acerca do projeto executivo no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, renováveis por igual período mediante ato devidamente notificado, contado da data de reapresentação do projeto executivo revisado, pela CONCESSIONÁRIA, contemplando todos os esclarecimentos e correções apontados pela ARTESP.

A identificação dos serviços referentes a Conservação/Manutenção Especial será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA exceto os já descritos neste Anexo. Ao longo da CONCESSÃO poderão ser dimensionadas novas recuperações em função das necessidades do programa de conservação especial, inclusive no tocante a melhoramentos e novas tecnologias que venham a ser introduzidos pela própria CONCESSIONÁRIA.

Os padrões de Conservação Especial indicados neste item valerão para todos os elementos e dispositivos construídos quando da implantação do empreendimento, incluindo alças de acesso, acostamentos, vias marginais, alças de dispositivos, cicloviás, passarelas e outros, bem como todo o viário interno do empreendimento.

8.7.2. Descrição e Padrões dos Serviços do Pavimento

I. Padrões Gerais (Acessos, Dispositivo em Desnível e Sistema Viário Interno)

a. Condições de Superfície

As condições de defeitos superficiais poderão ser avaliadas conforme as metodologias e os procedimentos adotados pelo Departamento Nacional de

Infraestrutura de Transportes - DNIT e DER/SP nas normas rodoviárias (ou outras que venham a alterá-las ou substituí-las):

- DNIT 006/2003-PRO – “Avaliação objetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semirrígidos”;
- DNIT 062/2004-PRO – “Pavimento Rígido – Avaliação Objetiva”;
- DNIT 007/2003-PRO – “Levantamento para avaliação da condição de superfície de subtrecho homogêneo de rodovias de pavimentos flexíveis e semirrígidos para gerência de pavimentos e estudos e projetos”;
- Manual de Pavimento Rígido – DNIT 2005 para pavimentos de concreto de cimento Portland dos Pedágios, Balanças, Obras de Arte Especiais, Pistas, Acostamentos, Acessos e Marginais.

b. Condições de Conforto

As condições de conforto do rolamento serão determinadas através da medição de irregularidades em todas as faixas de tráfego das rodovias, inclusive nos pavimentos rígidos. Para tanto será controlado o "Quociente de Irregularidade - Q.I." medido por equipamentos “tipo resposta” ou por "perfilômetros longitudinais". Os levantamentos de irregularidades deverão obedecer, pelo menos, aos procedimentos e às especificações das seguintes Normas Rodoviárias (ou outras que venham a alterá-las, complementa-las ou substituí-las):

- DNER PRO-159/85 - Projeto de Restauração de Pavimentos Flexíveis e Semirrígidos, capítulos referentes aos procedimentos de avaliação das irregularidades;
- DNER PRO-164/94 - Calibração e Controle de Sistemas Medidores de Irregularidades de Superfície de Pavimento (Sistemas Integradores IPR/USP e Maysmeter). Os trechos de calibração deverão ser aprovados pela ARTESP;
- DNER ES-173/86 - Método de Nível e Mira para Calibração de Sistemas Medidores de Irregularidades Tipo Resposta;
- DNER PRO-182/94 - Medição de Irregularidades de Superfície de Pavimento com Sistemas Integradores IPR/USP e Maysmeter.

c. Condições de Segurança

Deverão ser empregados métodos e equipamentos de medidas de textura e resistência ao deslizamento.

Esses critérios deverão ser atendidos durante todo o período da Concessão, conforme descrição apontada a seguir.

Para a avaliação da macrotextura do pavimento deverá ser utilizado equipamento de escaneamento de superfície (tecnologia laser) capaz de adquirir dados de imagem em 3D e 2D da superfície da rodovia com resolução mínima de 1 (um) milímetro sobre uma largura mínima de 4 (quatro) metros em pista com velocidades de até 100 km/h. O intervalo mínimo das medidas deverá ser de 02 (dois) pontos (trilhas interna e externa) a cada 100 (cem) metros de comprimento de faixa de rolamento.

Poderão ser utilizados ensaios de mancha de areia para eventual calibração/confirmação dos resultados obtidos com equipamento de escaneamento de superfície.

Além dos dados de macrotextura do pavimento, deverão ser coletados com equipamento de escaneamento da superfície, os seguintes dados da geometria da pista: declividade longitudinal (i), superelevação ou declividade transversal (e), raio de curvatura horizontal (R). O mesmo intervalo de 100m deverá ser utilizado em cada faixa de rolamento.

Para avaliação do coeficiente de atrito dos revestimentos dos pavimentos deverão ser utilizados os equipamentos tipo Grip Tester (ou similar) e para eventuais calibrações e aferições, o equipamento tipo Pêndulo Britânico. Para o ensaio do Grip Tester, a lâmina d'água deverá ser de, no mínimo, 0,50mm.

Os segmentos de avaliação do Grip Tester deverão ter extensão de 100 (cem) metros (valores individuais determinados a cada 100m de extensão de avaliação).

Os valores de aderência de um pavimento, ou seja, a macrotextura e a microtextura serão quantificados por meio dos índices HS (altura de areia), VRD (Valor de Resistência a Derrapagem), GN (Grip Number) e IFI (International Friction Index).

II. Parâmetros Mínimos Exigidos para o SISTEMA VIÁRIO DE ACESSO

Os pavimentos componentes do SISTEMA VIÁRIO DE ACESSO ao empreendimento (inclusive acostamentos, faixas de segurança, vias marginais e dispositivos de entroncamento e faixas de aceleração e desaceleração até o limite da área interna do empreendimento) deverão ser analisados quanto às suas condições de superfície, conforto, vida remanescente e segurança. Os parâmetros de aceitabilidade do pavimento para essas condições deverão ser totalmente atendidos durante o todo o prazo de CONCESSÃO. São eles:

a. Condições de Superfície para extensão de avaliação mínima de 200m (duzentos metros) e máxima de 1.000m (mil metros), por faixa de rolamento.

- Porcentagem máxima de área com panelas e desagregação: 0%;
- Porcentagem de área com trinca classe 3: $FC-3 \leq 2\%$;
- Porcentagem de área com trinca classe 2: $FC-2 \leq 15\%$;
- Afundamento de trilha de roda (F): $F \leq 7$ (sete) mm;
- Desnível máximo entre a pista de rolamento e o acostamento: 12 (doze) mm;
- Número máximo de remendos em bom estado (nível de severidade baixo): 20 (vinte) remendos. Acima de 20 (vinte) remendos em uma extensão de 1.000 (mil) metros e acima de 4 (quatro) remendos em uma extensão de 100 (cem) metros torna-se imprescindível a execução de intervenção superficial contínua;
- Número máximo de remendos em mau estado (nível de severidade alto): 0 (zero);
- Índice de Gravidade Global – IGG ≤ 30 (trinta) que será obtido por meio de levantamento através de procedimentos DNIT 006/2003-PRO – “Avaliação objetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semirrígidos”;
- Índice de Condição do Pavimento – ICP ≥ 75 (setenta e cinco) (pavimentos com revestimento de concreto de cimento Portland);
- Unsurfaced Road Condition Index – URCI ≥ 75 (setenta e cinco) (vias não pavimentadas).

b. Condições de Conforto para extensão de avaliação mínima de 200m (duzentos metros) e máxima de 1.000 m (mil metros), por faixa de rolamento.

- Quociente de Irregularidade (Q.I.) ≤ 45 (quarenta e cinco) contagens/km ou International Roughness Index (IRI) $\leq 3,46$ (três vírgula quarenta e seis) m/km;

- O valor a ser considerado será a média dos valores individuais de medição de Irregularidade no segmento homogêneo considerado.

c. Condições de Segurança / Macrotextura

- Macrotextura

Deverão ser avaliados os valores individuais e a média por quilômetro do parâmetro HS. A medição deverá ser realizada nas trilhas de roda interna e externa, em todas as faixas de rolamento, com espaçamento máximo de 100 (cem) metros.

Altura de areia (HS), medido com equipamento de escaneamento de superfície (laser) e/ou Ensaio de Mancha de Areia $0,6\text{mm} \leq \text{HS} \leq 1,2\text{mm}$, caracterizando uma textura superficial média a grosseira.

- Coeficiente de Atrito

Deverão ser avaliados os valores individuais dos segmentos medidos (extensão de 100 metros) e a média por quilômetro do índice VRD e índice GN.

- Valor da resistência à derrapagem medido por ensaio com o Pêndulo Britânico e/ou equipamento tipo Grip Tester (preferencial) – $\text{VRD} > 55$, caracterizando classe de resistência a derrapagem de textura rugosa a muito rugosa;
- Valor da resistência à derrapagem medido por equipamento tipo Grip Tester – $\text{GN} > 0,42$.

Adicionalmente ao controle individual da macrotextura, medida através do ensaio de mancha de areia, e do coeficiente de atrito, obtido através do ensaio de resistência à derrapagem, medido pelo Pêndulo Britânico ou por meio de quaisquer dos equipamentos contemplados na norma ASTM E-1960 (2001), deve-se obrigatoriamente determinar o índice internacional de atrito IFI (International Friction Index).

Os valores mínimos de IFI recomendados para rodovias novas e para rodovias restauradas são os seguintes (valores individuais, determinados a cada 100 metros e média por quilometro):

- valor de IFI $\geq 0,22$ para obras rodoviárias novas;
- valor de IFI $\geq 0,15$ para pavimentos restaurados.

d. Condições de Devolução

Na devolução, a Concessionária deverá garantir o prosseguimento da vida útil do pavimento, especialmente com relação ao atendimento dos índices de qualidade indicados neste edital, por um período mínimo de 1 ano após a data efetiva da devolução.

III. Parâmetros Mínimos Exigidos para o SISTEMA VIÁRIO INTERNO

Os pavimentos componentes do SISTEMA VIÁRIO INTERNO ao empreendimento (inclusive faixas de rolamento, acostamentos, faixas de segurança etc.) deverão ser analisados quanto às suas condições de superfície e vida remanescente. Os parâmetros de aceitabilidade do pavimento para essas condições deverão ser totalmente atendidos durante o todo o prazo de CONCESSÃO. São eles:

- a. Condições de Superfície para extensão de avaliação mínima de 200m (duzentos metros) e máxima de 1.000m (mil metros), por faixa de rolamento.
- Porcentagem máxima de área com panelas e desagregação: 0%;
 - Porcentagem de área com trinca classe 3: $FC-3 \leq 2\%$;
 - Porcentagem de área com trinca classe 2: $FC-2 \leq 15\%$;
 - Afundamento de trilha de roda (F): $F \leq 7$ (sete) mm;
 - Desnível máximo entre a pista de rolamento e o acostamento: 12 (doze) mm;
 - Número máximo de remendos em bom estado (nível de severidade baixo): 20 (vinte) remendos. Acima de 20 (vinte) remendos em uma extensão de 1.000 (mil) metros e acima de 4 (quatro) remendos em uma extensão de 100 (cem) metros torna-se imprescindível a execução de intervenção superficial contínua;
 - Número máximo de remendos em mau estado (nível de severidade alto): 0 (zero);
 - Índice de Gravidade Global – IGG ≤ 30 (trinta) que será obtido por meio de levantamento através de procedimentos DNIT 006/2003-PRO – “Avaliação objetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semirrígidos”;

- Índice de Condição do Pavimento – ICP ≥ 75 (setenta e cinco) (pavimentos com revestimento de concreto de cimento Portland);
- Unsurfaced Road Condition Index – URCI ≥ 75 (setenta e cinco) (vias não pavimentadas).

b. Condições de Devolução

Na devolução, a Concessionária deverá garantir o prosseguimento da vida útil do pavimento, especialmente com relação ao atendimento dos índices de qualidade indicados neste edital, por um período mínimo de 1 ano após a data efetiva da devolução.

IV. Metodologias a Serem Aplicadas ao Pavimento (Acessos e Sistema Viário Interno)

As premissas a serem aplicadas na Conservação Especial de Pavimento são:

- Atendimento aos parâmetros mínimos exigidos indicados durante todo o período da CONCESSÃO;
- O intervalo mínimo entre intervenções será de 5 (cinco) anos;
- A superfície do pavimento deverá ser recoberta com camada betuminosa a cada intervenção (a menos de pavimentos de concreto). Fazem parte da superfície do pavimento toda área que foi implantada pela concessionária, incluindo os dispositivos de entroncamento, vias marginais, acostamentos, pontos de ônibus, etc.

Os procedimentos e ensaios citados poderão ser substituídos por outros equivalentes durante o Prazo da CONCESSÃO, de acordo com as especificações da ARTESP mais atualizadas na ocasião.

Para os serviços de recuperação do pavimento, especial atenção deverá ser dispensada à drenagem superficial das pistas, principalmente pela interação com as barreiras de concreto. Os drenos de pavimento devem fazer parte do projeto de conservação especial de pavimentos, devendo constar localização de sua aplicação, seção transversal e memória de cálculo hidráulico. Os drenos de pavimento deverão ser implantados nas extensões das rodovias onde não tenham sido construídos, de

forma compatível com o andamento dos serviços de recuperação, conservação ou manutenção do pavimento. Nos trechos em que já tenham sido implantados, a CONCESSIONÁRIA deverá avaliar a sua suficiência e caso estejam deficientes, substituí-los ou redimensioná-los. Também deverá ser dada especial atenção às declividades (transversal e longitudinal) da pista que deverão ser eventualmente corrigidas e adequadas de modo a atender aos padrões mínimos previstos nas normas vigentes.

A PROPONENTE deverá considerar, para fins de elaboração de propostas, a quantidade de mínima de intervenções de conservação especial de pavimento, de acordo com o seguinte cronograma de obras:

- Conservação Especial de Pavimento (1ª intervenção) – 13º ano;
- Conservação Especial de Pavimento (2ª intervenção) – 26º ano.

9. PROJETOS (INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS E ASSOCIADOS)

Os projetos deverão ser elaborados observando-se as normas técnicas, instruções de projeto e padrões vigentes da ARTESP, DER/SP, DNIT/DNER, PMSP/SIURB, ABNT, nesta ordem e, na falta destes, observando-se normas internacionalmente consagradas, sem prejuízo do cumprimento das seguintes determinações:

- a) O Projeto Funcional deverá ser encaminhado a ARTESP em 2 (duas) vias;
- b) O Projeto Executivo deverá ser encaminhado a ARTESP em 2 (duas) vias;
- c) Após aprovação do Projeto Executivo, as cópias do projeto deverão ser encaminhadas a ARTESP em 4 (quatro) vias;
- d) Os projetos, bem como suas cópias aprovadas pela ARTESP, deverão ser encaminhados à concessionária da rodovia que administra o trecho onde o acesso se ache inserto em meio impresso e em mídia digital, a qual deverá conter os documentos do projeto em formato “pdf”, “dwg”, “docx”, “xlsx” e um arquivo em formato “kmz” com o traçado geométrico em planta para visualização em software específico;

- e) Sem prejuízo dos documentos apontados nos incisos anteriores deste artigo, poderão ser exigidos outros, por conveniência da ARTESP, por meio de Instruções Técnicas a serem por ela emitidas.

A apresentação dos desenhos componentes do projeto obedecerão às normas do DER SP: IP-DE-A00/001 – Elaboração e Apresentação de Documentos Técnicos do DER/SP e IP-DE-A00/003 – Elaboração e Apresentação de Desenhos de Projeto em Meio Digital bem como às normas brasileiras, em especial a NBR 10068/87 - layout e Dimensões e NBR 13142/99 - Dobramento de cópias;

Os carimbos dos projetos não deverão fazer referência à ARTESP, DER ou Concessionária da Rodovia.

9.1 Projetos Funcionais

Os projetos funcionais dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (se houver) e ASSOCIADOS (se houver) deverão ser elaborados observando-se as normas técnicas, instruções de projeto e padrões vigentes da ARTESP, CONTRAN, DER/SP, DNIT/DNER, PMSP/SIURB, ABNT, nesta ordem e, na falta destes, observando-se normas internacionalmente consagradas, sem prejuízo do cumprimento das seguintes determinações:

- a) A planta Aerofotogramétrica com localização e delimitação da área do empreendimento em escala 1:2000, mostrando todo o perímetro do imóvel, a localização longitudinal (km+m e sentido), dispositivos rodoviários imediatamente anterior e posterior ao empreendimento, obras de artes especiais, lançados sobre foto aérea recente (até seis meses da apresentação do projeto);
- b) Planta indicando curvas de nível de metro em metro, o perímetro do terreno, a localização longitudinal (km+m e sentido), a indicação da faixa de domínio e da faixa "non aedificandi", o desenho do acesso proposto à rodovia com as principais dimensões, a localização e medidas das construções, área para

circulação e estacionamento de veículos e a devida sinalização, lançados sobre foto aérea, em escala de 1:1000;

- c) O projeto Funcional da Área de Descanso, mostrando, em particular, o acesso e seus equipamentos internos, em escala 1:1000, a qual deverá obedecer às normas técnicas de segurança de tráfego;
- d) As faixas de aceleração e de desaceleração deverão atender as exigências técnicas constantes no IP-DIN-002 – item 5.5 Acessos Comerciais e Não Comerciais.
- e) Estudo de tráfego e de impacto, com previsão e projeção de demanda gerada pelo empreendimento;

Os elementos e dados relativos aos acessos e aos empreendimentos apresentados à ARTESP, serão analisados pela equipe técnica e, caso o Estudo de Tráfego e de Impacto apresente a necessidade de implantação de um dispositivo rodoviário, incluindo a adequação da extensão das faixas de aceleração e desaceleração (dispositivos rodoviários) conforme item 5.4 da IP-DIN-002, ou qualquer outra ação necessária para o perfeito funcionamento operacional da rodovia, - no caso o Rodoanel Mário Covas, SP-21, em função dos empreendimentos envolvidos na área de descanso - a Concessionária vencedora do certame licitatório, deverá apresentar e submeter à apreciação da ARTESP a sua devida e necessária solução e, após a sua aprovação, executá-las no prazo estipulado pela ARTESP, tudo isso à sua inteira responsabilidade e expensas.

A CONCESSIONÁRIA é responsável pela obtenção da aprovação dos projetos funcionais, dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (se houver) e ASSOCIADOS (se houver) junto a ARTESP, que deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato de concessão.

Eventuais questionamentos e/ou solicitações de alteração dos Projetos Funcionais realizadas pela ARTESP deverão ser atendidos pela CONCESSIONÁRIA dentro de um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de comunicação formal emitida pela ARTESP, de forma que se possa garantir o andamento do ciclo de análises e revisões de Projetos Funcionais.

9.2 Projetos Executivos

Os projetos executivos dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (se houver) e ASSOCIADOS (se houver) deverão ser elaborados observando-se as normas técnicas, instruções de projeto e padrões vigentes da ARTESP, CONTRAN, DER/SP, DNIT/DNER, PMSP/SIURB, ABNT, nesta ordem e, na falta destes, observando-se normas internacionalmente consagradas, sem prejuízo do cumprimento das seguintes determinações:

- I – Projeto Executivo de Geometria elaborado conforme recomendações das normas técnicas da ARTESP IP-DIN-002 e do DER: IP-DE-F00/001 e NT-DE-F00/001, na escala 1:1000 horizontal e 1:100 vertical, numa distância mínima de 500m aquém e além do centro da frente do terreno, bem como o perfil dos ramos de acesso;
- II - Projeto Executivo de Drenagem elaborado conforme recomendações e projetos padrões do DER/SP: IP-DE-H00/001, IP-DE-H00/002, PP-DE-H07 e PP-DE-C03;
- III – Projeto Executivo de Pavimentação contendo planta de distribuição dos tipos de pavimento, seções-tipo e detalhes de pavimentação, relatório de ensaios e memória de cálculo de dimensionamento (conforme IP-DE-P00/001 do DER/SP);
- IV – Projeto Executivo de Sinalização e Dispositivos de Segurança Viária – Manual de Normas do DER/SP e IP-DIN-003;
- V – Projeto Executivo de Estruturas;
- VI – Projeto Executivo de Geologia/Geotecnia;
- VII - Projeto de iluminação com direcionamento de veículos, devendo ser realizado de forma a não causar ofuscamento aos usuários da rodovia.
- X – Projeto de Paisagismo;

VII - Planta das obras e instalações a serem construídas, acompanhadas de memorial descritivo;

O projeto da Área de Descanso deve considerar a viabilidade ambiental de sua implantação (licença ambiental), bem como aspectos relevantes de sustentabilidade.

O empreendimento relacionado ao pedido de acesso ao Rodoanel Mário Covas, SP – 021, que se fizer em área de potencial de mananciais, ou próximos ao Parque da Cantareira, não poderá induzir ocupação industrial, urbana ou qualquer outra, nem funcionar sem licença ambiental, respeitando o disposto no Parecer Técnico CPRN/DAIA/143/2001.

Todos os projetos deverão ser elaborados observando-se as normas de acessibilidade previstas na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), na Constituição Federal e na Lei de Acessibilidade.

Os projetos executivos para implantação das obras deverão ser entregues, no prazo máximo de 150 (cento e sessenta dias) dias corridos, após a formal aprovação pela ARTESP dos PROJETOS FUNCIONAIS.

Os referidos projetos serão avaliados pela equipe ARTESP, sendo que os eventuais ajustes deverão ser realizados em até 15 (quinze) dias corridos, após as formais indicações da ARTESP das correções no(s) projeto(s).

A etapa de conclusão dos “Projetos Funcionais e Executivos”, incluindo sua aprovação, deverá ser finalizada, impreterivelmente, no prazo máximo de 13 (treze) meses após a assinatura de contrato. Caso a etapa de análise e definição dos projetos excedam o referido prazo, em função de “especificações técnicas inadequadas” apresentadas pela Concessionária, a mesma poderá ser penalizada, conforme estabelecido em CONTRATO.

Juntamente com o projeto executivo, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para aprovação da ARTESP, o cronograma físico das obras.

10. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Concessionária será a responsável pela obtenção de todas as licenças ambientais e autorizações junto aos órgãos responsáveis, em tempo hábil, para a

construção e operação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (quando houver) e ASSOCIADOS (quando houver), conforme previsto em Contrato.

Todos os custos dos processos de licenciamento e autorizações ambientais como medidas de compensação e mitigação ambiental serão de inteira responsabilidade da Concessionária.

O licenciamento ambiental será realizado na Regional da CETESB a qual pertence a área onde será implantado o empreendimento.

Todas as diretrizes de licenciamento ambiental das referidas Áreas de Descanso de Caminhoneiros com Postos de Abastecimento e Serviços podem ser acessadas no site: http://cetesb.sp.gov.br/licenciamento_ambiental/postos-de-combustiveis/.

No referido site o empreendedor deverá acessar: *Procedimento para Licenciamento Ambiental de Postos e Sistemas Retalhistas de Combustíveis*.

A Concessionária também deverá apresentar e aplicar, durante todo o período de concessão, um plano de gestão ambiental baseado na ISO 14.000 e suas atualização para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, ADICIONAIS (quando houver) e ASSOCIADOS (quando houver).

11. FISCALIZAÇÃO

A CONCESSIONÁRIA deverá colaborar na fiscalização da ARTESP, para que a mesma possa verificar e acompanhar os serviços prestados aos USUÁRIOS e a conformidade destes serviços com os padrões técnicos e de qualidade exigidos no Edital e Contrato de Concessão, bem como, deverá colaborar na divulgação de informações de interesse dos USUÁRIOS e do público em geral.

A CONCESSIONÁRIA deverá, através de seus Representantes legais e Responsáveis Técnicos notoriamente reconhecidos, participar obrigatoriamente de reuniões técnicas sempre que convocadas pela ARTESP.

Deverá colaborar com a ARTESP na fiscalização de inspeções pontuais e operações especiais, que poderão ocorrer à noite, fins de semana e feriados; as anomalias ou “não conformidades” apontadas deverão ser sanadas prontamente.

O não atendimento aos padrões técnicos e de qualidade, definidos neste Edital

e Termo de Referência, poderão gerar penalidades à CONCESSIONÁRIA, de acordo com classificação previstas no Contrato de Concessão.

12. CRONOGRAMA E MARCOS CONTRATUAIS

Abaixo apresentamos os principais eventos iniciais, intermediários e finais, para o cumprimento dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

Marcos Contratuais		Prazo Máximo de Conclusão do Marco Contratual após a Assinatura do Contrato (meses)
	Assinatura do Contrato	0
	Projetos	
1	Apresentação dos Projetos Funcionais	2º
2	Aprovação dos Projetos Funcionais	4º
3	Apresentação dos Projetos Executivos	9º
4	Aprovação do Projeto Executivo	13º
	Desapropriação e Posse	
5	Entrada no DUP	4º
6	Emissão do DUP	9º
7	Imissão de Posse	14º
	Licenciamento Ambiental (LP, LI e LO)	
8	Entrada Processo CETESB (LP)	4º
9	Emissão da LP	8º
10	Entrada Processo CETESB (LI)	10º
11	Emissão da LI	14º
12	Início das Obras	15º
13	Conclusão das Obras	29º
14	Conclusão do Licenciamento CETESB (LO) e demais órgãos	30º
	Início da Operação Investimentos Obrigatórios	30º

Os eventos (marcos contratuais), referentes aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS (se houver)), obedecerão aos mesmos critérios acima e também no que se refere às penalidades estabelecidas no edital, contrato e seus anexos.

13. INVESTIMENTOS ASSOCIADOS (Não Obrigatórios)

A LICITANTE poderá a seu critério, ou seja, em caráter opcional, implantar e desenvolver empreendimentos com finalidade associada, capazes de gerar RECEITA ACESSÓRIA a ser compartilhada com o Governo do Estado de São Paulo, que não as decorrentes dos itens de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (se houver). Este(s) empreendimento(s) deverão atender integralmente o estabelecido no contrato de Concessão, a legislação vigente e suas eventuais alterações no período da Concessão.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaços nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS, pelo regime de direito privado, observando-se a regulação vigente, bem como:

- a) Seu prazo de vigência não poderá ultrapassar o do Contrato de Concessão;
- b) A remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratada, observadas eventuais restrições regulatórias;
- c) Seus termos não poderão comprometer os padrões de segurança e de qualidade do serviço concedido (INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS);
- d) Não será permitida a veiculação de publicidade que infrinja a legislação em vigor, que atentem contra a moral e os bons costumes, de cunho religioso ou político partidário;
- e) Não serão permitidos negócios associados, cuja atividade infrinja a legislação em vigor, atente contra a moral e os bons costumes, possua cunho religioso ou político partidário, residencial, educacional, de entretenimento e hospitalar;
- f) A natureza dos empreendimentos associados, obrigatoriamente, deve estar dirigida aos interesses do Estado e voltada aos interesses dos usuários da rodovia;
- g) Para todos os efeitos, o INVESTIMENTO ASSOCIADOS deverá captar apenas o tráfego normal, atendendo os usuários de passagem da rodovia, portanto a natureza do empreendimento não poderá gerar, induzir ou desviar tráfego para o Rodoanel Mário Covas, mantendo o mesmo volume de tráfego da rodovia após sua implantação.
- h) Os INVESTIMENTOS ASSOCIADOS deverão ser apresentados em detalhes (inclusive cronograma de implantação), para serem analisados e aprovados pela ARTESP;

- i) Não poderão ser implementados e operados antes dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

Os INVESTIMENTOS ASSOCIADOS (quando houver) deverão atender obrigatoriamente todos os processos de aprovação (projetos, finalidade, geração de tráfego), assim como os níveis de serviços de segurança, manutenção e limpeza estabelecidos para os itens de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

A ARTESP no processo de avaliação do INVESTIMENTO ASSOCIADOS, além da aprovação da finalidade do investimento, irá analisar sua complexidade e deverá aprovar o cronograma físico-executivo apresentado pela Concessionária.

A ARTESP ainda, deverá aprovar o método de exceção para a implantação dos INVESTIMENTOS ASSOCIADOS, que não poderão em nenhuma hipótese comprometer os padrões de serviços dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (quando houver).

Os acessos dos usuários aos INVESTIMENTOS ASSOCIADOS serão realizados única e exclusivamente, pelo acesso aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS durante o período da Concessão.

A LICITANTE deverá incluir em seu plano de desmobilização para os investimentos OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (se houver), um capítulo específico para desvinculação do acesso aos seus INVESTIMENTOS ASSOCIADOS (se houver).

14. SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO

A LICITANTE deverá implantar Sistema informatizado, mantido pela CONCESSIONÁRIA, durante toda vigência da CONCESSÃO, após a aprovação do PODER CONCEDENTE, apto a demonstrar todas as informações previstas neste Anexo 01 (Termo de Referência) do Edital e necessárias ao acompanhamento e fiscalização da CONCESSÃO por parte do PODER CONCEDENTE, dentre as quais, o número de usuários, os valores arrecadados pela CONCESSIONÁRIA a título de RECEITA PRINCIPAL, decorrente da exploração de NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS e NEGÓCIOS ADICIONAIS (quando houver) e de RECEITAS ACESSÓRIAS (quando houver).

O Sistema de Controle e Gestão – SCG deverá ser submetido à apreciação do Poder Concedente em até 30 (trinta) dias do início da vigência da Concessão, sendo obrigatória a sua instalação e operação plena em até 30 (trinta) dias após a respectiva aprovação ou necessariamente antes do início do recebimento de qualquer tipo receita por parte da Concessionária, o que acontecer primeiro.

Durante o período da concessão, as eventuais atualizações/modificações do SCG deverão ser devidamente submetidas à anuência do Poder Concedente para sua implantação.

15. BENS REVERSÍVEIS

A LICITANTE, deverá atender todas as condições de REVERSIBILIDADE estabelecidas no Anexo 05 do CONTRATO referentes aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

Os “BENS REVERSÍVEIS” são aqueles vinculados à CONCESSÃO, adquiridos, construídos ou incorporados pela CONCESSIONÁRIA, indispensáveis à implementação de todos os INVESTIMENTOS relacionados aos NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (se houver), incluindo-se as ampliações, sejam em ÁREAS PÚBLICAS e/ou ÁREAS A DESAPROPRIAR e/ou ÁREAS A TRANSFERIR, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO, de modo a permitir a continuidade da respectiva exploração.

Para que se possa planejar e administrar a conservação/manutenção dos negócios originários dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (se houver), torna-se necessário, em primeiro lugar, conhecer todos esses elementos, pois deverão ser objeto conservação/manutenção.

Assim, todos esses elementos devem ser quantificados, e, para tanto, é preciso efetuar seu levantamento e cadastro. Esse cadastro é o “inventário dos bens reversíveis” para fins de conservação/manutenção e controle para fins de reversão e/ou devolução ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO. Esse inventário deve ser mantido atualizado permanentemente.

O inventário atualizado deve estar disponível para consulta em qualquer momento de forma a permitir sua transferência pelos canais de comunicação

estabelecidos pela ARTESP, sempre que ela entender conveniente, podendo essa disponibilização ser feita on-line.

15.1 Levantamento e Cadastro dos Bens Reversíveis

Para fornecer maiores subsídios ao inventário dos bens reversíveis, a Concessionária deverá realizar o primeiro levantamento de todos os itens relativos aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início da operação dos NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS. O levantamento das informações deverá ser realizado através de fotos e vídeos. Para registro, com base neste levantamento, deverá ser realizado ainda um cadastro das informações.

Após o primeiro levantamento, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar, no mínimo anualmente, o mesmo procedimento de levantamento e atualização do cadastro de bens reversíveis, durante todo o prazo da concessão.

A cada levantamento realizado a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer 1 (uma) cópia em mídia digital para a ARTESP.

O cadastro de informações dos bens reversíveis, deverá conter no mínimo:

- a) Código do item de investimentos;
- b) Descrição;
- c) Quantitativo (conforme unidade do produto);
- d) Valor de aquisição (unitário e global);
- e) Data de aquisição;
- f) Data de instalação;
- g) Prazo de vida útil, conforme indicação do fabricante;
- h) Localização e identificação dos dispositivos (inclusive de sinalização) do empreendimento.

16. DESMOBILIZAÇÃO

O Plano de Desmobilização deve detalhar o estado de conservação e manutenção dos bens reversíveis, com laudos e relatórios técnicos, emitidos por empresa e/ou profissional habilitado.

Com 24 (vinte e quatro) meses de antecedência do término contratual, a

CONCESSIONÁRIA deverá submeter à aprovação da ARTESP, o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (se houver), que deverá prever o procedimento pelo qual será realizada a desmobilização e devida reversão dos BENS REVERSÍVEIS, sem que ocorram qualquer interrupção na prestação dos serviços e atividades referentes aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (se houver).

Enquanto não forem revertidos os BENS REVERSÍVEIS e aprovado o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO não será liberada a GARANTIA DE EXECUÇÃO do CONTRATO.

O recebimento definitivo das ÁREAS e dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (se houver) não exclui a responsabilidade civil e a ético-profissional decorrente da prestação do objeto deste CONTRATO, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Com o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (se houver), a transição e reversão deverão ocorrer sem percalços ou imprevistos e a operação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (se houver), não deverá ficar prejudicada.

A omissão da CONCESSIONÁRIA na apresentação do PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO será considerada infração grave ensejando aplicação à CONCESSIONÁRIA das penalidades cabíveis.